



Câmara dos Deputados

CPI DO BNDES

REQUERIMENTO Nº de 2015.

Requer a convocação do Sr. Valtan Timbó Martins Mendes Furtado, Procurador da República no Distrito Federal.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (art. 58, §3º da CF/88), legais (art. 2º da Lei 1.579/52) e regimentais (art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), requeiro a convocação do Sr. Valtan Timbó Martins Mendes Furtado. Procurador da República no Distrito Federal, para prestar depoimento nesta CPI criada *“com a finalidade de investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público”*.

JUSTIFICATIVA

Esta CPI foi criada mediante o Requerimento de instituição de CPI nº 14/2015 com a finalidade de investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público.

A Procuradoria da República no Distrito Federal abriu uma investigação formal contra o ex-presidente Lula por tráfico de influência internacional. A suspeita é de que a empreiteira Odebrecht teria obtido vantagens com agentes públicos de outros países por meio da influência de Lula, entre os anos de 2011 e 2014

A Odebrecht teria ainda obtido os contratos por meio da liberação de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social



Câmara dos Deputados

(BNDES) para fazer obras no exterior. A suspeita é de que Lula também teria feito tráfico de influência no banco em favor da Odebrecht.

Neste contexto, a partir dos indícios divulgados pelos meios de comunicação, surge à necessidade de ouvir o Procurador da República no Distrito Federal, Valtan Timbó Martins Mendes para esclarecer a esta CPI o que foi apurado sobre a relação entre o Instituto Lula e a construtora Odebrecht.

Sala das Comissões, em 1º de setembro de 2015.

Deputado Sergio Vidigal
(PDT-ES)